

**Um sentido para a História:
Almir de Andrade e uma leitura – *estadonovista* – da história.**

ERIVAN CASSIANO KARVAT*

Em março de 1982, Lúcia Lippi Oliveira, em apresentação a um texto fundamental – *Estado Novo: ideologia e poder* – observava que o “período conhecido por Estado Novo (...) permanece envolto em uma nuvem de relativo esquecimento” (OLIVEIRA et al., 1982:7). Transcorrido mais de um quarto de século desde então, parece que ainda podemos concordar com tal observação. O “relativo esquecimento” parece predominar, mesmo que ainda tenhamos visto, ao longo do período, uma profícua multiplicação de análises sobre aquele contexto, como sugerem, por exemplo, as coletâneas organizadas por SILVA (1991), PANDOLFI (1999) e FERREIRA; DELGADO (2007), além dos textos de CAPELATO (1998) e D'ARAUJO (2000). Mas mais que a necessidade de um maior cuidado com o período, notadamente centralizador e autoritário (OLIVEIRA et al., 1982:8), nos chama a atenção o quase descaso, ainda que de certa forma compreensível, com o chamado *pensamento conservador e/ou autoritário*, responsável pelo próprio perfil doutrinário do Estado Novo.

Cabe salientar que este *pensamento* que se configurou a partir de diferentes matizes e que, portanto, não pode ser lido como algo homogêneo ou bem delineado, pode ser tomado - a partir de suas diferentes linhagens e, portanto, na sua complexidade – como uma das características, recorrentes, da própria história política brasileira, principalmente no que se refere ao período republicano e que extrapola, assim, o regime estadonovista. Daí, a necessidade, mesmo, de compreendê-lo.

Novamente recorramos a caracterização da prof.^a Lúcia Lippi. Aqui, em relação ao *pensamento conservador e/ou autoritário*, parece prevalecer um “relativo esquecimento”, responsável pelo desconhecimento acerca dessas linhagens, de seus autores e obras. Da mesma forma que nos referimos à produção em torno do Estado Novo, podemos nos referir ao *conservadorismo/autoritarismo* (não somente

* Professor do Departamento de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa (Pr). Doutor em História (UFPR).

estadonovista): muito se tem produzido nos últimos anos¹, mas ainda parece ser incipiente diante da importância que estas formas de pensamento adquiriram ao longo da trajetória política da nação, fomentando diferentes posturas, interpretações, representações e justificativas. Como apontamos antes, a justificativa quanto a pouca produção faz-se, de certa forma, compreensível: a não identificação de cientistas sociais e historiadores em relação às formas conservadoras e/ou autoritárias de pensar acabou, aparentemente, por fazê-los ignorar tal objeto, da mesma maneira que contribuiu para a *monumentalização* – e canonização – de certos autores e vertentes; além disso, e da mesma forma, a própria história política da República brasileira, marcada por períodos de exceção fez com os estudiosos se distanciassem da temática, contribuindo para o desconhecimento e, simultaneamente, para a permanência, ou para uma continuidade transmutada, de tais perspectivas, pois se, como sugere a professora citada no início deste parágrafo, “nada melhor que o silêncio para garantir o esquecimento” (OLIVEIRA *et al.*, 1982:7), silêncio e, quiçá também, esquecimento que aqui podem ser lidos como elementos úteis a permanência de diferentes opiniões, algumas anacrônicas e superadas, mas que insistem, refugiando-se na não lembrança, em se manter, tributárias dos silenciamentos – sempre reveladores – e desinteresse dos seus possíveis críticos. Como queria Sérgio Buarque de Holanda, e aqui cabe lembrá-lo, “uma das missões do historiador (...) consiste em procurar afugentar do presente os demônios da história” (HOLANDA, 1992:XVI). Conjuntamente a esses fatores, responsáveis pelo “esquecimento” acerca da intelectualidade de verve autoritária ou conservadora, devemos lembrar do próprio descaso, até pouco predominante entre nós, em relação aos trabalhos de natureza historiográfica - entendida como a história do próprio conhecimento histórico, ou a “história do modo de elaborar e de escrever história”(PALMADE, 1988:35)² – bem como em relação aos domínios de uma história

¹ Destaque-se, dessa produção, os seguintes textos: KONDER (1988), PÉCAUT (1990), BASTOS; MORAES (1993), BEIRED (1999), GOMES (1999), FAUSTO (2001), CODATO; GUANDALINI Jr. (2003), BASTOS (2003), BRESCIANI (2005), REIS (2006) e VELLOSO (2007).

² A historiografia, a escrita e/ou o discurso sobre a história, caracteriza-se, dessa maneira, como o exercício de reflexão sobre as obras históricas e, portanto, sobre a produção dos historiadores. É, enfim, “o debruçar-se sobre a história-conhecimento” que, voltando-se aos circunstanciamentos, ditames, limites e/ou dilemas do próprio conhecimento histórico, promove o necessário diálogo – ou *metadiálogo* – acerca da própria legitimidade e possibilidades deste conhecimento e de seus preceitos, conceitos e mecanismos de produção. Segundo Rogério Forastieri da Silva, “(...)podemos considerar o estudo historiográfico como o estudo da história dos escritos históricos, métodos, interpretações e as respectivas controvérsias.” Enfim, como “o estudo que envolve reflexões, de natureza vária, sobre os

intelectual ou de uma sociologia dos intelectuais ou da vida intelectual.³

Portanto, é nesse quadro de descaso, e/ou aparente esquecimento, que alocamos o pensamento de Almir de Andrade e sua obra. Perceba-se que se são escassos os estudos sobre Oliveira Vianna, Azevedo Amaral, Francisco Campos, Alberto Torres (além dos expoentes do chamado pensamento católico) que, conjuntamente, podemos caracterizar como intérpretes - *à direita* - do Brasil, intelligentsia marcante nos anos 1920-1930, quase nula é a atenção dada a Andrade, lembrado (quando lembrado) quase sempre como o diretor da *Cultura Política: revista mensal de estudos brasileiros*, órgão oficial do regime *estadonovista*.⁴ Exemplo de tal silenciamento, por exemplo, nos é dado pela ausência de qualquer menção a Andrade no *Dicionário Crítico de Pensamento da Direita*, nem mesmo quando se refere à *Cultura Política* (SILVA et al., 2000).

Autor de, entre outros, *A verdade contra Freud* (1933), traduzido para o espanhol em 1934, *Aspectos da Cultura Brasileira* (1939), *Força, Cultura e Liberdade* (1940) e, ainda, *Formação da Sociologia Brasileira: os primeiros estudos sociais no Brasil*, de 1941, Andrade, nascido no Rio de Janeiro, em 1911, graduou-se em Direito pela Universidade do Rio de Janeiro. Colaborador do *Jornal do Brasil*, desde a época de estudante, publicou artigos também em diferentes periódicos, dentre os quais, na *Revista do Brasil*, na qual exerceu a função de crítico literário. Em 1937, foi professor de psicologia e lógica no curso complementar da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Em 1938, regeu a mesma cadeira no Colégio Universitário da Universidade do Brasil, fundada um ano antes. A partir de 1939, foi indicado para reger a primeira cadeira de psicologia de nível universitária criada no Brasil, na Faculdade Nacional de Filosofia. Em 1941, a partir do convite do jornalista Lourival Fontes, diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), fundou e dirigiu a *Cultura Política*:

historiadores e suas respectivas obras.” Cf. SILVA, 2000, p. 26 e 22, respectivamente). Em termos de historiografia brasileira e análise do pensamento conservador cabe aqui destacar dois trabalhos pioneiros: *Estudo sobre o pensamento reacionário: Jackson de Figueiredo*, de Francisco Iglésias e *História da história do Brasil: a historiografia conservadora*, de José Honório Rodrigues (IGLÉSIAS, 1981 e RODRIGUES, 1988).

³ Em relação a sociologia dos intelectuais, ver LECLERC (2004). Sobre a história intelectual, SILVA (2002) e (2003). Cf, também, SIRINELLI (1996).

⁴ Uma exceção é o artigo de Lúcia Lippi Oliveira, *Tradição e política: o pensamento de Almir de Andrade*, in OLIVEIRA et al., 1982, p. 31- 47. Ver, tb, BASTOS (2003).

Cultura Política teve como propósito definir e esclarecer os rumos das transformações ocorridas no Brasil durante o governo ditatorial de Getúlio Vargas e congregou em seu quadro de colaboradores a elite intelectual do país, inclusive figuras não-comprometidas com o regime, como Graciliano Ramos, Gilberto Freire (sic) e Nelson Werneck Sodré. Através de artigos assinados e editoriais, Almir de Andrade buscou interpretar o Estado Novo, com um projeto ideológico eminentemente cultural.⁵

Almir de Andrade pertenceu, portanto, àquele contexto no qual diferentes gerações, entre os anos 1920 e 1940, buscaram diagnosticar os *males do Brasil*, analisando-os e propondo formas de superá-los. Análises e possibilidades de superações, estas, que se diferenciam a medida que seus autores partiam de diferentes posições - dotados de diversificados instrumentais - e assumiam posturas conflitantes, algumas tendencialmente conservadoras ou reacionárias, outras pretensamente revolucionárias, umas reivindicando *continuidade*, outras apostando na *mudança* (REIS, 1999, p.14). Dessa forma, diferentes *sentidos de Brasil* foram estabelecidos, orientados a partir de específicas apropriações e leituras de passado simultaneamente à projeção de diferentes perspectivas de futuro. Cada um destes *sentidos*, portanto, revela uma *interpretação de Brasil*.

Conforme nos lembra FAUSTO (2001:30):

As décadas de 1920 e 1930, até a implantação do Estado Novo, foram décadas de intensa fermentação ideológica, refletindo a percepção de que a Primeira República vinha esgotando ou esgotara as expectativas que cercavam a sua fundação. A grande depressão mundial e, no plano interno, a revolução de 1930 deram aos intelectuais da época a sensação de que chegara o momento de “explicar o Brasil”; ou seja, para se descobrir novos caminhos, em busca da realização de diferentes ideais, tornava-se necessário interpretar o passado.

Da mesma forma, ainda em que pólos opostos, “os pensadores autoritários, com marcas próprias, inserem-se nessa moldura geral” (FAUSTO, idem). Em outros termos, buscaram, à sua maneira, também “explicar o Brasil”.

Deixando de lado a oposição entre as “intérpretes” (e visões políticas) conservadores e as obras que acabaram por *inaugurar* um outro modo de pensar o Brasil (e aqui nos referimos especificamente a Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior) e, principalmente, evitando as polarizações, podemos nos acercar destas “interpretações” a partir da ênfase dada a um aspecto fundamental àquele

⁵ A citação, bem como os dados biográficos informados, foram extraídas de BELOCH e ABREU (1984).

contexto: a da oposição/combinção entre *tradição* e *modernização*. Neste sentido não podemos simplesmente identificar o apelo conservador à tradição, ou modernização ao não-conservador, uma vez que, por exemplo, a idéia de modernização aparece tanto em Oliveira Vianna, donde se pode falar em modernização autoritária, quanto em Sérgio Buarque de Holanda (PIVA, 2000). Mais do que isso, e o que aqui nos interessa, a mesma oposição pode ser notada entre expoentes da própria intelectualidade conservadora: segundo OLIVEIRA (1983:11), no que se referia à ideologia do Estado Novo, enquanto Almir de Andrade propunha buscar “na tradição a legitimação para o regime”, Azevedo Amaral via na modernização a “justificativa para o reforçamento da autoridade do Estado”. Da mesma forma, a mesma oposição/combinção permite um melhor entendimento do próprio fenômeno do conservadorismo ao longo do Brasil República. Segundo CARVALHO (2000:102):

O Brasil da década de 1920 era (...) um país envolvido no lento processo de construção de uma sociedade liberal e de um sistema democrático de governo. Nestas circunstâncias surgiram pelo menos dois tipos de conservadores: os conservadores no sentido estrito e os conservadores reformistas. Os primeiros colocam ênfase na preservação da autoridade, da ordem e de uma sociedade hierarquizada, quando não na restauração de uma idade de ouro (...). Os segundos, mais importantes, não colocam ênfase na preservação mas na alteração da ordem vigente.

Em relação aos anos 1930, vê-se elementos, decorrentes dessa oposição (e da combinação entre *tradição* e *modernização*), que se fizeram presentes no *pensamento*, bem como na doutrina do Estado Novo, verificada principalmente no seu projeto centralizador e na defesa do papel das elites – e que, portanto, são observáveis em Andrade: a recorrência ao elitismo, ao autoritarismo e ao conservadorismo, que aqui se traduz na ênfase à *ordem*, à *tradição* e à *hierarquia* (OLIVEIRA et al., 1982:15).

De certo modo, também, ou bem por isto, cremos, que a relação *tradição* e *modernização* pode servir como útil chave de leitura para a melhor compreensão daquelas *interpretações de Brasil*, de que falávamos antes e, por isto, do próprio autor em questão, Almir de Andrade. Tratando estas leituras como uma espécie de *discursos fundadores*, legitimadores das escolhas de seus autores e, portanto, de seu próprio tempo, percebe-se a articulação entre diferentes tempos (presente/passado/futuro) uma vez que:

[o] que o caracteriza como fundador (...) é que ele cria uma nova tradição, ele re-significa o que veio antes e institui aí uma memória outra (...). Instala-se outra “tradição” de sentidos nesse lugar (...) Instala-se uma nova filiação. Esse dizer irrompe no processo significativo da tal modo que pelo seu próprio surgir produz sua memória (ORLANDI, 2001:13).

Em outras palavras, parece que todo o passado ocorreu em função – ou na perspectiva – deste presente. É como se tudo anteriormente tivesse existido, ou ocorrido, para que este momento presente viesse a ocorrer. Assim, o passado passa a existir em função do próprio presente.

Essa é também uma das características do discurso fundador: a sua relação particular com a *filiação*. Cria tradição de sentidos projetando-se para a frente e para trás, trazendo o novo para o efeito do permanente. Instala-se irrevogavelmente. É talvez esse efeito que o identifica como fundador: a eficácia em produzir o efeito do novo que se arraiga no entanto na memória permanente (sem limite). Produz desse modo o efeito do familiar, do evidente, do que só pode ser assim (...). O fundador busca a notoriedade e a possibilidade de criar um lugar na história, um lugar particular. Lugar que rompe no fio da história para reorganizar os gestos de interpretação (ORLANDI, 2001:14-16).

Assim, caracterizemos as *Interpretações de Brasil* como *discursos fundadores*, uma vez que, conjugando noções de *instauração* e *filiação*, projetam mesmo *sentidos*, promovendo articulações entre *memória* e *tradição*, funcionando inclusive como referência básica no imaginário constitutivo da nação (ORLANDI, 2001:23). Cabe lembrar que “no *fundacional* há necessidade de *filiar-se* a uma memória política, legitimar-se, reivindicar a fundação”. (ORLANDI, 2001:13).

Em outros termos, estas *interpretações* – implicando naquilo que Michel Foucault nomeia de *instauração de discursividade* – possibilitam a formação de outros textos, sendo redesenhadas por estes mesmos textos, bem como pela historiografia posterior, seja em relação àquilo que se mantém ou reitera da narrativa (ou interpretação) primeira, seja em termos daquilo que se lhe opõem ou negam.

Nesse sentido, sugere a autora tratar os enunciados dos discursos fundadores como *lugares de memória*, na mesma acepção dada por Pierre Nora – de *lugar de encarnação eletiva da memória*, resultantes do embate, em relação ao passado, entre a própria memória e a história:

Como diz P. Nora, o desaparecimento rápido de nossa memória nacional (e ele fala dos franceses) pede um inventário dos *lugares* em que ela se encarnou eletivamente e que, pela vontade dos homens ou o trabalho dos

séculos, ficaram como seus mais claros símbolos: festas, emblemas, monumentos e comemorações, mas também louvações, arquivos, dicionários e museus.

Nós acrescentaríamos: enunciados, como os dos discursos fundadores, aqueles que vão nos inventando um passado inequívoco e empurrando um futuro pela frente e que nos dão a sensação de estarmos dentro de uma história de um mundo conhecido: diga ao povo que eu fico, quem for brasileiro siga-me, *libertas quae sera tamen*, independência ou morte, em se plantando tudo dá etc.(...) São espaços da identidade histórica: é memória temporalizada, que se apresenta como institucional, legítima (ORLANDI, 2001:11-13).

O discurso fundacional, portanto, institucionalizando *marcos* (fundacionais) acaba por autorizar e promover determinadas leituras acerca da realidade passada (bem como presente), buscando instaurar um *efeito de verdade* sobre essa mesma realidade.

Almir de Andrade em Prefácio a seu *Aspectos da Cultura Brasileira*, datado de julho de 1938 – portanto antes de seu pertencimento à *Cultura Política* – já parece fazer uso da relação *tradição e modernização*, comum aos *discursos fundadores* como apontado acima:

A cultura brasileira despertou para uma vida nova, após a revolução de 1930. Uma febre de construir, uma ansiedade de novos caminhos, que se manifesta na literatura, na política, nas ciências, na esfera do pensamento. Valores novos, que vão surgindo. Valores antigos que aumentam a sua produtividade, arrastados pela onda, que avança em busca de rumos ainda não definidos.

Ainda não há unidade, porém, nesse movimento. Apenas em alguns campos de atividade começam a delinear-se esforços coordenados, que possivelmente nos trarão algo de novo para o dia de amanhã(...).

Encerra o testemunho de um observador, que procurou fixar manifestações expressivas de uma cultura em formação e num dos momentos mais significativos do seu desenvolvimento histórico (...). (ANDRADE, 1939:7-80).

Da mesma maneira, tal uso parece ser confirmado, simbolicamente, pela recorrência às expressões *alma e raízes*, por um lado, e, por outro, *novos rumos e tendências*.

Obra composta por quatro partes (*Aspectos da vida brasileira; Os novos estudos sociais no Brasil*, que traz um capítulo de caráter encomiástico a Gilberto Freyre intitulado *Novos rumos da sociologia brasileira; Aspectos da literatura brasileira e Aspectos da cultura científica*) além de um apêndice, com quatro ensaios, *Aspectos da Cultura Brasileira* parece confirmar a observação de BELOCH e ABREU (1984) citada anteriormente: “Almir de Andrade buscou interpretar o Estado Novo, com um projeto ideológico eminentemente cultural”.

Criticando a “tendência” para a separação entre a atividade do “sábio” e do “homem comum”, ou “do senso filosófico e do senso *humano*”, Andrade aponta para um possível conceito de cultura e sua dimensão, digamos, política. Perceba-se o viés de *elitismo* presente no comentário:

Felizmente, parece que uma era nova vai-se abrindo à verdadeira cultura. Hoje, o homem culto, o cientista, o filósofo já reconheceram que nada farão de útil e duradouro se não se unirem ao homem real, se não viverem com êle os problemas mais íntimos e comezinhos, se não o acompanharem nas suas atividades concretas dentro do meio social. A arte, a literatura, a música, o teatro, os esportes, a vida social, em suma, na totalidade de suas vibrações, fornecem material ao estudioso para o seu conhecimento do homem e para as suas orientações doutrinárias (ANDRADE, 1939:182).

A dialética entre *tradição e modernização* – bem como o emprego do “vocábulo *cultura*” – atravessa também toda a discussão de *Força, Cultura e Liberdade: origens históricas e tendências atuais da evolução política do Brasil*, editado por José Olympio, em 1940:

A terminologia sociológica moderna reserva o vocábulo *cultura* para designar (...) tudo o que o homem produz em sociedade, tudo o que é gerado pelo seu esforço coletivo de adaptação ao meio e de realização das suas próprias necessidades. O estudo da *cultura* de uma sociedade abrange todas as manifestações possíveis da atividade humana desenvolvida dentro dessa sociedade e cristalizada em costumes, instituições, obras de arte e de pensamento, técnica, economia, política. Na unidade da cultura, o passado e o presente se fundem, formando um todo indissolúvel.

Assim, quando queremos estudar uma sociedade, mais do que a sua história propriamente dita, interessa-nos a sua cultura, isto é, tudo o que foi *produzido* pelos homens, no passado no presente, para satisfação das necessidades mais profundas da vida social. (...).

Demais, na crítica histórica e social não há apenas um fim especulativo: deve haver também um fim prático. O estudo dos acontecimentos sociais, da cultura social no seu passado e no seu presente, pode fornecer-nos uma lição útil, um critério de agir, um motivo e uma justificação para os nossos esforços e as nossas lutas de agora e de amanhã (ANDRADE, 1940:80-81).

Espécie de balanço (legitimador) dos dez anos de governo “revolucionário”, a obra – encomendada pelo DIP (GOMES, 1999:127) – propunha também um sentido para a nação. Para tanto, articulando as dimensões de presente/passado/futuro, adotando uma concepção moderna de história – na qual o “presente e o passado se fundem na mesma corrente evolutiva; um não pode ser compreendido sem o outro”, de maneira que o historiador “também olha para o presente, também faz a crítica histórica do presente” (“A crítica do historiador deve estender-se até o presente, porquê o presente também pertence à história, o presente é uma continuação e como que uma atualização

da própria história” (ANDRADE, 1940:77-78) – partia de um questionamento das *tradições políticas brasileiras* para esclarecer os *novos rumos da política brasileira*. Disto decorriam os *fundamentos da vida política*, justificando o então *anti-liberalismo da nova democracia brasileira*:

O Brasil tem um passado de tradições, um passado de formação histórico-cultural; também tem problemas atuais, em correspondência com a situação econômica e social do mundo. Tudo isso se projeta no momento político presente, no regime de 10 de Novembro de 1937, na orientação intelectual e pragmática do governo.

(...)

Essa série de sucessos atuais da vida brasileira pode e deve ser submetida à crítica histórica e cultural, com uma dupla finalidade: intelectual e pragmática, sociológica e política. O estudo da evolução do pensamento político brasileiro nestes últimos dez anos, em correlação com as suas origens históricas e com os seus fundamentos sociais, poderá dar-nos, não somente uma definição dos rumos que vamos seguindo, como também um critério de ação, uma atitude concreta em face do Estado, em face de nós mesmos, em face do futuro; poderá dar-nos, ainda mais, uma compreensão exata da posição do Brasil na evolução política e social do mundo moderno e da sua missão especial na reconstrução da humanidade futura (ANDRADE, 1940:82-83).

Almir de Andrade, por fim, clama pela crítica sociológica – dada sua natureza objetiva – complementar à análise do historiador e que inauguraria o *período “sociológico”* nos estudos brasileiros (ANDRADE, 1941:8). De acordo com o autor, as pesquisas sociológicas, tendo o homem social (“*produtor de acontecimentos*”) como objeto, reservaria “o vocábulo *cultura* para designar (...) tudo o que o homem produz em sociedade (...). Na unidade da cultura, o passado e o presente se fundem, formando um todo indissolúvel” (ANDRADE, 1940:80).

Arremata o autor:

Assim, quando queremos estudar uma sociedade, mais do que a sua história propriamente dita, interessa-nos a sua cultura, isto é, tudo o que foi produzido pelos homens, no passado e no presente, para satisfação das necessidades mais profundas da vida social.

E, para isso, é preciso que tenhamos sempre uma visão *atual* de todos os problemas, reunindo, num mesmo esforço de análise crítica, o passado e o presente, aquilo que uma sociedade foi, no curso da sua evolução histórica, e aquilo que ela é e em que ela *vai-se tornando*, no curso da sua evolução atual e da sua marcha irreversível para o futuro.

Curiosamente, e ainda que exigindo uma suposta análise sociológica, Andrade parece enveredar para uma história tendencialmente *moralizante* e, portanto, contrária a tão propalada perspectiva *crítica*. A aparente contradição, contudo, justifica-se em

função da própria intenção de seu trabalho, como já apontado:

Demais, na crítica histórica e social não há apenas um fim especulativo: deve haver também um fim prático. O estudo dos acontecimentos sociais, da cultura social no seu passado e no seu presente, pode fornecer-nos uma lição útil, um critério de agir, um motivo e uma justificação para os nossos esforços e as nossas lutas de agora e de amanhã. E isso é impossível sem um julgamento *atual* dos homens e das instituições (ANDRADE, 1940:81).

Portanto, o interesse em torno de obras como a de Andrade revela pertinência ao pensarmos justamente a projeção ou a idealização que estas produções fizeram – a partir de seu tempo – sobre o passado que focavam. Assim, mais do que nos revelar o próprio processo formativo que objetivavam, dão pistas das maneiras de pensar, interesses e intenções de seu próprio tempo e de como orientam, a par disso, uma visão de passado e uma intenção de futuro, com isso marcando seu próprio lugar (de enunciação). Com este cuidado, restitui-se algo imprescindível para a história intelectual e suas abordagens, mas que nem sempre é lembrado ou tomado como princípio, o de que toda obra é produto ou efeito de seu próprio tempo pois, afinal, “nunca uma sociedade se revela tão bem como quando projecta para trás de si a sua própria imagem” (CARBONELL, 1992:7). Andrade, fazendo uso de uma representação de passado, apropriou-se de uma representação de história, constituindo, de certa forma aquilo que, em outro momento, chamamos de Interpretações pouco lembradas do Brasil (KARVAT, 2009) ⁶. Dessa maneira, o que se persegue aqui é a *problematização* e compreensão desse discurso historiográfico e sua tradição – ou tradições – ou de um discurso assentado sobre uma construção historiográfica, pois tão importante quanto a *origem* de um discurso são as *leituras* que sobre ele se investe e lhe marcam. Talvez isso também nos faça compreender, um pouco mais, os relativos esquecimentos, silenciamentos e desinteresse por determinadas tradições do pensamento social brasileiro.

⁶ Sobre isto ver, tb, o recém publicado artigo de Fábio Franzini. FRANZINI, F. A década de 1930, entre a memória e a história da historiografia brasileira. In. NEVES, Maria L. B. das et al (org.). Estudos de historiografia brasileira. Rio de Janeiro: FGV, 2011, p. 261- 275.

Referências Bibliográficas

- ANDRADE, Almir de. *Aspectos da cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Schmidt, 1939.
- ANDRADE, Almir de. *Força, Cultura e Liberdade: origens históricas e tendências atuais da evolução política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.
- ANDRADE, Almir de. *Formação da Sociologia Brasileira: os primeiros estudos sociais no Brasil*, v.1 - séculos XVI, XVII e XVIII. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941.
- BASTOS, Élide Rugai ; MORAES, João Quartim de. (orgs.). *O pensamento de Oliveira Vianna*. Campinas: Unicamp, 1993.
- BASTOS, Élide Rugai. A revista *Cultura Política* e a influência de Ortega y Gasset. In. BASTOS, Élide Rugai et al (orgs.). *Intelectuais: sociedade e política, Brasil-França*. São Paulo: Cortez, 2003. p.146- 171.
- BEIRED, José Luis Bendicho. *Sob o signo da nova ordem: intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina*. São Paulo: Loyola, 1999.
- BELOCH, Israel ; ABREU, Alzira Alves de. (coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro, 1930-983*. Rio de Janeiro: Forense-universitária/FGV/CPDOC/FINEP, 1984.
- BRESCIANI, Maria Stella Martins. *O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna entre os intérpretes do Brasil*. São Paulo: UNESP, 2005.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. Estado Novo: novas histórias. In. FREITAS, Marcos Cezar. *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998. p. 183-213.
- CARBONELL, Charles-Olivier. *Historiografia*. Lisboa: Teorema, 1992.
- CARVALHO, José Murilo de. Conservadorismo no Brasil República. In. SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. et al. (orgs.). *Dicionário crítico do pensamento da direita: idéias, instituições e personagens*. Rio de Janeiro: FAPERJ/Mauad, 2000. p.102-103.
- CODATO, Adriano Nervo; GUANDALINI JR., Walter. Os autores e suas idéias: um estudo sobre a elite intelectual e o discurso político do Estado Novo. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, n.32, p. 145-164.
- D'ARAUJO, Maria Celina. *O Estado Novo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- FAUSTO, Boris. *O pensamento nacionalista autoritário (1920-1940)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- FERREIRA, Jorge ; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil republicano, v. 2: o tempo do nacional-estatismo - do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- FRANZINI, Fábio. A década de 1930, entre a memória e a história da historiografia brasileira. In. NEVES, Maria L. B. Pereira et al (org.). *Estudos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2011, p. 261- 275.

GOMES, Angela Maria de. *História e historiadores: a política cultura do Estado Novo*. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. 5.ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

IGLÉSIAS, Francisco. Estudo sobre o pensamento reacionário: Jackson de Figueiredo. *História e ideologia*. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 1981. p. 109-158.

KARVAT, Erivan C. Interpretações pouco lembradas do Brasil: reflexões sobre a obra de Almir de Andrade. In. *Anais do I Seminário Nacional de Sociologia e Política*. Curitiba: PGSOCIO/UFPR, 2009.

KONDER, Leandro. História dos intelectuais nos anos 50. In. FREITAS, Marcos Cezar. *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998. p. 355-374.

LECLERC, Gérard. *Sociologia dos intelectuais*. São Leopoldo, RS: Unisinos, 2004.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi et al. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

ORLANDI, Eni P. *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. 2.ed. Campinas: Pontes, 2001.

PALMADE, Guy. História da história. In.: GADAMER, H. G. *História e historicidade*. Lisboa: Gradiva, 1988. p. 35-51.

PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.

PIVA, Luiz Guilherme. *Ladrilheiros e semeadores: a modernização brasileira no pensamento político de Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda, Azevedo Amaral e Nestor Duarte (1920-1940)*. São Paulo: Editora 34, 2000.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil, 2: de Calmon a Bomfim - a favor do Brasil: direita ou esquerda?* Rio de Janeiro: FGV, 2006.

RODRIGUES, José Honório. História da história do Brasil: a historiografia conservadora. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL, 1988.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. et al. (orgs.). *Dicionário crítico do pensamento da direita: idéias, instituições e personagens*. Rio de Janeiro: FAPERJ/Mauad, 2000.

SILVA, Helenice Rodrigues da. História intelectual: condições de possibilidades e espaços possíveis. *Fragmentos da história intelectual: entre questionamentos e perspectivas*. São Paulo: Papyrus, 2002. p. 11- 27.

SILVA, Helenice Rodrigues da. A história intelectual em questão. In. LOPES, Marcos Antônio (org.). *Grandes nomes da história intelectual*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 15- 25.

SILVA, José Luiz Werneck da (org.). *O feixe e o prisma - uma revisão do Estado Novo*, vol. 1: o feixe – o autoritarismo como questão teórica e historiográfica Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

SILVA, Rogério Forastieri da. *História da historiografia*. Bauru: EDUSC, 2000.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In. RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996. p. 231-269.

VELLOSO, Monica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In. FERREIRA, Jorge ; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil republicano*, v. 2: o tempo do nacional-estatismo - do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 145-179.